

IMPACTOS DA ATUAL CARGA TRIBUTÁRIA PARA O TRABALHADOR



<https://doi.org/10.22533/at.ed.149112522049>

Data de aceite: 28/08/2025

Tamires Gonçalves Cruz Oliveira

Acadêmica de Ciências Contábeis no
Centro Universitário Faveni

Dyego Fellype Penna Carvalho

Docente - Centro Universitário Faveni -
Unifaveni, Guarulhos, São Paulo, Brasil

Oswaldo Daniel Dos Santos Pinheiro

Docente - Centro Universitário Faveni -
Unifaveni, Guarulhos, São Paulo, Brasil

Sabrina Pereira Uliana Pianzoli

Docente - Centro Universitário Faveni -
Unifaveni, Guarulhos, São Paulo, Brasil

RESUMO – A presente pesquisa tem como objetivo analisar a carga tributária no Brasil e seus impactos diretos sobre os trabalhadores, com foco na quantificação dos tributos pagos e na investigação de como esses impostos afetam o seu poder de compra. Nesse contexto, realizou-se uma pesquisa descritiva e de caráter bibliográfico. Tal estudo constatou que a carga tributária no Brasil resulta na perda de uma parte significativa da renda dos trabalhadores, comprometendo sua capacidade de consumo e gerando grandes

dificuldades para atender às necessidades básicas. A partir dos resultados obtidos, aponta-se a necessidade de reavaliar a distribuição dos tributos, a fim de mitigar as desigualdades sociais e econômicas, por meio da adoção de um sistema tributário menos oneroso a capacidade financeira do cidadão.

PALAVRAS-CHAVE: Carga tributária. Capacidade de consumo. Desigualdades sociais e econômicas.

IMPACTS OF THE CURRENT TAX BURDEN ON WORKERS

ABSTRACT: This research aims to analyze the tax burden in Brazil and its direct impacts on workers, focusing on quantifying the taxes paid and investigating how these taxes affect their purchasing power. To this end, a bibliographical research was carried out, which demonstrated that the tax burden in Brazil results in the loss of a significant part of workers' income, compromising their consumption capacity and creating great difficulties in meeting basic needs. Based on the results obtained, the need to reevaluate the distribution of taxes is highlighted, in order to mitigate social and economic inequalities, through the adoption of a more progressive tax system.

Key-words: Tax burden. Consumption capacity. Social and economic inequalities.

INTRODUÇÃO

O trabalhador no Brasil está sujeito a diversos tributos, que incidem tanto sobre sua renda quanto sobre o consumo de bens e serviços (RODRIGUES, J. 1998).

Um estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT) mostra que os brasileiros precisam trabalhar em média 147 dias ao ano, apenas para pagar impostos (NAOME, L. 2023). Essa estimativa representa aproximadamente 40,71% da renda anual do trabalhador, considerando os impostos federais, estaduais e municipais incidindo sobre sua renda, patrimônio e consumo (NADER, D. 2024).

Os principais encargos tributários pagos diretamente pelo trabalhador são o Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) e a contribuição para o INSS, ambos descontados diretamente de sua remuneração. Além disso, o trabalhador também arca com impostos indiretos, que são incorporados ao preço de bens e serviços que consome, como o ICMS, o IPI e o ISS. Dessa forma, a carga tributária sobre o trabalhador se dá por meio de tributos diretos e indiretos, refletindo tanto a sua renda quanto seus hábitos de consumo.

A alta regressividade do sistema tributário brasileiro é um dos maiores problemas do país e é um fator que prejudica as condições econômicas dos trabalhadores. A maior parte dos impostos está embutida nos preços dos produtos e serviços consumidos, atingindo com mais força às famílias de baixa renda, que acabam pagando, proporcionalmente, uma parcela maior de sua renda em tributos (FEBRABAN. 2024).

De acordo com Mariante e Liuzzi, famílias com renda de até dois salários-mínimos destinam 23% de seus ganhos para tributos incorporados aos preços de seus gastos de consumo. Por outro lado, famílias com rendimento superior a 25 salários-mínimos comprometem 10% de suas rendas com os mesmos impostos.

O trabalhador, que já enfrenta desafios econômicos como inflação e altas taxas de juros, vê sua capacidade de adquirir bens e serviços essenciais comprometidas pela sobrecarga tributária que incide sobre produtos do cotidiano, como alimentos, transporte e medicamentos.

Essas tributações sobre o consumo reduz significativamente o poder de compra do trabalhador, impactando diretamente sua qualidade de vida e sua capacidade de atender às necessidades básicas.

Sendo assim, o objetivo principal deste artigo é determinar o peso da carga tributária na administração financeira do trabalhador, debruçando-se para resolver a seguinte questão: a renda do trabalhador é consumida pela carga tributária? Tendo como objetivos específicos: quantificar o total de tributos pagos por um trabalhador brasileiro ao longo de um ano, considerando os impostos diretos (IR e INSS) e indiretos (sobre consumo), e analisar o impacto dessa carga tributária no seu poder de compra.

A escolha do tema é justificada pela relevância e complexidade do sistema tributário brasileiro, especialmente no que diz respeito às suas implicações diretas na renda e qualidade de vida dos trabalhadores. Além disso, há uma clara necessidade de entender como a carga

tributária no Brasil impacta na administração financeira desses trabalhadores, afetando sua capacidade de consumo e planejamento econômico pessoal.

REFERENCIAL TEÓRICO

ORIGEM DOS TRIBUTOS

O termo “tributo” deriva do latim: *tributum*, que significa “repartir entre as tribos” (DANTAS, A. 2023). No entanto, a definição legal de tributo no Brasil encontra-se no Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), artigo 3º: “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou em valor que nela se possa exprimir que não constitua sanção por ato ilícito, instituída por lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”.

Assim, podemos afirmar que os tributos são contribuições legítimas do Estado, que, ao identificar a ocorrência do fato gerador, retira uma parcela da riqueza privada para assegurar o bem-estar social por meio da prestação de serviços públicos essenciais (FERREIRA, R. 2015).

As primeiras manifestações tributárias surgiram de forma voluntária, por meio de presentes ou ofertas feitas aos líderes em reconhecimento pelos serviços prestados ou pelo benefício à comunidade (FERREIRA, R. 2015).

Desde a Antiguidade, diversas sociedades adotaram impostos para sustentar a administração pública e garantir recursos para defesa, infraestrutura e outros serviços essenciais (OLIVEIRA, B. et al., 2023).

No Egito Antigo, por exemplo, agricultores entregavam um dízimo (10% da colheita) ao Faraó, uma das formas mais primitivas de tributação (IBPT, 2018). Ao longo do tempo, a arrecadação de tributos evoluiu, adaptando-se às mudanças e ao crescimento das sociedades (BETHA, 2021).

A origem da tributação no Brasil remonta ao período da colonização portuguesa. A partir desse momento, o sistema jurídico brasileiro foi profundamente influenciado pelo direito português, pelas normas coloniais criadas especificamente para o Brasil e pelos costumes locais, entre outros elementos. Foi nesse contexto que surgiu o “quinto do Pau-Brasil”, considerado o primeiro tributo brasileiro, instituído em razão da exploração da árvore nativo Pau-Brasil (SANTOS V. 2015).

A tributação sobre o material extraído era de 20% (vinte por cento). Os “rendeiros” ou “cobradores de rendas” tinham a responsabilidade de separar a quantia destinada à Coroa. A esses agentes eram concedidos amplos poderes, incluindo a autoridade para prender aqueles que atrasassem ou se recusassem a pagar os impostos determinados pela Coroa (BARROS, F. 2012).

Naquela época, não havia uma organização fiscal estruturada, e os tributos eram pagos de forma in natura, em bens, e enviados para Portugal (FERREIRA, R. 2015).

A forma de cobrança de impostos sofreu transformações com a vinda da Coroa Portuguesa para o Brasil em 1807, que trouxe consigo sua própria estrutura para a gestão das obrigações tributárias (BARROS, F. 2012).

Com a Independência, a tributação passou a ser estruturada para beneficiar o Brasil, em vez de Portugal. O país então vivenciou diversas transformações políticas e socioeconômicas, incluindo períodos de ditadura, e adotou sete Constituições diferentes desde o Império (OLIVEIRA, B. et al., 2023).

Com base na história evolutiva dos tributos praticados no Brasil, evidencia-se através do quadro abaixo, a história dos tributos ao longo dos períodos.

ANO	TRIBUTO	DESCRIÇÃO
PERÍODO COLONIAL (1530 - 1822)		
1530 - 1822	20% da extração	Surgimento da 1ª cobrança de impostos.
1530 -1550	Carta Foral	Documento que definia a porcentagem de tributos que seriam cobrados na colônia.
PERÍODO IMPERIAL (1822 - 1889)		
1824	Constituição de 1824	Delegou ao Legislativo a responsabilidade de definir despesas e tributos, com a Câmara dos deputados incumbidos da criação de impostos.
1831	Criação das Tesourarias Provinciais	Órgão responsável por toda a organização financeira de determinada região.
1934	Instituído o Ato Adicional	Estabelecido as “Rendas Gerais”, que definia diversos tributos sobre os serviços e produtos.
PERÍODO REPUBLICANO (A PARTIR DE 1889)		
1891	Nova Constituição	A tributação passou a ser descentralizada, permitindo que a União e os Estados criassem e cobrassem tributos conforme suas competências.
Constituição de 1934	Imposto geral sobre a renda	Instituiu o imposto sobre a renda, proibiu a bi-tributação e definiu claramente as competências tributárias entre União, Estados e Municípios.
Constituição de 1937	Distribuição do valor arrecadado	Estabeleceu a distribuição de parte da arrecadação estadual aos Municípios
	Tributação de Instalação e serviços elétricos	Atribuiu à União a competência para tributar instalações e serviços elétricos.
Constituição de 1946	Cobrança de tributos extraordinários	Introduziu tributos extraordinários para situações específicas.
	Princípio de Capacidade Contributiva	Definiu a quantidade que cada cidadão poderia contribuir para uma cobrança mais justa.
	Princípio da Anualidade	Rendas e despesas eram avaliadas com frequência anual.
DITADURA MILITAR		
1964 - 1985	“Milagre Econômico”	Ampliação de crédito ao consumidor, aumentando o endividamento; Mão de obra nacional com baixo custo; Abertura para o mercado externo.
	Criação dos Tributos diretos e indiretos	Tributos diretos: cobrados sobre a renda; Tributos indiretos: cobrados sobre o preço final das mercadorias e serviços consumidos.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Constituição de 1988

“Constituição Cidadã”

Criação da nova moeda, o Cruzado e estabeleceu o sistema tributário atual, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Os tributos indiretos sobre o consumo mantiveram-se iguais, mas a tributação sobre produtos de luxo foi aumentada para reduzir o impacto sobre os mais pobres.

A competência tributária foi descentralizada entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Imposto sobre a renda progressivo

Alíquotas entre 7,5% e 27,5%, e isenção para rendas mais baixas.

Quadro 1 - Evolução Histórica dos Tributos no Brasil:

Fonte: Adaptado da Constituição Federal de 1988.

Como observado, ocorreram diversas modificações em nosso sistema tributário, desde o período colonial até o modelo adotado atualmente. Todas essas mudanças moldaram a forma atual de criação, cobrança, fiscalização e distribuição dos tributos (OLIVEIRA, B. et al., 2023).

CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

Definição de Carga Tributária

Toda a sociedade é impactada pela carga tributária, mas nem todos compreendem o que ela significa ou estão cientes de seus efeitos (ALBUQUERQUE, M. et al., 2024).

A carga tributária refere-se ao total de impostos, taxas e contribuições que devem ser pagos ao Estado por pessoas físicas (PF) e jurídicas (PJ). Em termos econômicos, ela indica a relação entre o montante arrecadado pelos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e o Produto Interno Bruto (PIB) de um país (MELLO, A. 2024). Em teoria, serve como base para o financiamento das atividades e projetos do governo, além de cobrir os custos dos serviços públicos nas áreas de educação, saúde, segurança, transporte, desenvolvimento social, cultura, entre outras (MARQUES, M. 2023).

Cálculo da Carga Tributária

O cálculo da carga tributária é feito somando todos os valores arrecadados pelo governo em um determinado período, geralmente considerando o ano civil como referência, e dividindo esse total pelo PIB do mesmo período. O resultado dessa equação reflete a carga tributária do país naquele ano (MELLO, A. 2024).

O PIB representa a soma de toda a riqueza produzida em um determinado período no país, incluindo todos os bens e serviços finais. Normalmente, utiliza-se o período de um ano para calcular o resultado (OLIVEIRA, B. et al., 2023).

Nos últimos anos, o cálculo da carga tributária tem demonstrado que ela corresponde, em média, a 35% do PIB. Isso significa que cerca de um terço de tudo o que o Brasil produz é arrecadado pelo governo por meio de tributos (ALMEIDA, V. 2022).

Estrutura do Sistema Tributário Atual

O sistema tributário brasileiro é um conjunto de normas e instituições que regula a arrecadação de tributos no país. Ele é estruturado de forma descentralizada, ou seja, os tributos são cobrados em diferentes níveis de governo (União, Estados, Municípios e Distrito Federal), e cada ente federativo tem competência para instituir e arrecadar tributos (GOUVÊA, J. 2024).

Os principais impostos em vigor no Brasil atualmente são o Imposto de Renda (IR), o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), o Imposto sobre Serviços (ISS), o PIS (Programa de Integração Social) e a COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) (SILVA, M. 2021).

A estrutura do sistema tributário brasileiro está organizada de acordo com a Constituição Federal de 1988, com normas complementares e a legislação infraconstitucional (GOUVÊA, J. 2024). Ele se divide em cinco espécies: impostos, taxas, contribuições de melhoria, empréstimos compulsórios e as contribuições especiais (OLIVEIRA, B. et al., 2023). Podem ser classificados em duas categorias principais: impostos diretos e indiretos (RIBEIRO, J. 2021).

Os impostos diretos incidem sobre a renda, patrimônio e ganhos financeiros de pessoas físicas e jurídicas, sendo calculados conforme a capacidade de pagamento do contribuinte. Eles são progressivos, ou seja, quanto maior a renda ou o patrimônio, maior a alíquota. Já os impostos indiretos são tributos aplicados sobre o consumo e a circulação de bens e serviços e são repassados ao consumidor final (CONTABILIZAR. 2024).

A estrutura tributária brasileira é marcada por uma alta carga de impostos indiretos, que, por sua natureza regressiva, representam cerca de 75% da arrecadação total. O desequilíbrio entre impostos indiretos e diretos é um dos principais fatores que explicam o caráter regressivo do sistema tributário no Brasil. (RIBEIRO, J. 2021).

IMPACTO DOS TRIBUTOS PARA O TRABALHADOR

Os tributos incidem sobre quase tudo o que é consumido (SILVA, M., 2021). No entanto, muitos brasileiros têm dificuldade em calcular o impacto real dos impostos sobre o consumo (ALVES, A., 2024). Como resultado, são frequentemente forçados a trabalhar mais horas para arcar com a carga tributária (SANTOS, A. et al., 2023).

De acordo com o Impostômetro, o Brasil ultrapassou a marca de R\$ 2 trilhões em impostos pagos em 2024. Em julho de 2023, o indicador já havia registrado R\$ 1,7 trilhão, representando um crescimento de 17,6% em relação ao ano anterior.

Em 2022, os tributos sobre a renda representaram 27,4% da receita tributária do país, enquanto os encargos sobre a folha de pagamento corresponderam a 25,9%. Já os impostos indiretos, que incidem sobre bens e serviços, corresponderam a 40,2% da arrecadação tributária total, ficando abaixo da média de 44,3% observada nos últimos 13 anos (NASCIMENTO, H., 2024).

Em resumo, a carga tributária média no Brasil é de 18% sobre a renda, 3% sobre o patrimônio e 23% sobre o consumo, o que resulta em aproximadamente 44% do rendimento dos cidadãos sendo destinado à tributação (JANGUIÊ, D. 2017).

A Constituição Brasileira estabelece que o salário mínimo deve ser suficiente para cobrir as despesas básicas de um trabalhador e sua família, incluindo alimentação, moradia, saúde e outros itens essenciais. Com base nesse princípio, o DIEESE estima mensalmente o valor necessário para essas despesas (GIMENEZ, L. 2024).

Em maio de 2024, esse valor foi de R\$ 6.946,37, equivalente a 4,92 vezes o salário mínimo, enquanto em junho de 2023, o valor necessário foi de R\$ 6.578,41, ou 4,98 vezes o salário mínimo de R\$ 1.320,00 (FRAGA, F. 2024).

Ao comparar o custo da cesta básica com o salário mínimo líquido, após descontos para a Previdência Social, observa-se que, em abril de 2024, o trabalhador comprometeu 54,01% de seu rendimento para comprar os produtos essenciais. Esse percentual foi maior do que os 53,29% registrados em março de 2024, mas inferior aos 56,51% de abril de 2023 (GIMENEZ, L. 2024).

METODOLOGIA

Esse presente estudo científico classifica-se como pesquisa descritiva e bibliográfica.

Conforme Gil (2019), pesquisas descritivas têm como principal objetivo descrever as características de uma população ou fenômeno e estabelecer relações entre fatores. A descrição dos procedimentos contribuirá para um entendimento mais detalhado sobre a carga tributária imposta no nosso país, sobretudo, abordando os impactos econômicos dos tributos na renda do trabalhador.

Ao mesmo tempo, a pesquisa bibliográfica é fundamental em qualquer área, oferecendo uma base sobre o que já foi estudado. Enquanto alguns pesquisadores trabalham com fontes primárias, a maioria utiliza informações de livros, jornais e revistas. Mesmo em estudos experimentais, é crucial conhecer os avanços já feitos (SANTOS; Filho, 2011). Tendo em vista a importância de conhecimentos factuais, o artigo também se apoia em bibliografias, proporcionando uma compreensão prévia acerca do assunto.

PESQUISAS ANTERIORES SOBRE IMPACTO TRIBUTÁRIOS NA RENDA DO TRABALHADOR

Destaca-se que o propósito desse tópico é evidenciar pesquisas científicas anteriores, que versam sobre a temática dos impactos da carga tributária no cotidiano do trabalhador brasileiro. Em seguida serão relacionados alguns estudos que pesquisaram sobre o objeto apontado.

Primeiramente, apresenta-se a pesquisa de Rocha (2024), que aborda o reflexo da carga tributária na distribuição de renda. O estudo teve como objetivo evidenciar os efeitos negativos decorrentes da elevada regressividade da carga tributária sobre a renda. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental, evidenciando a carga tributária vigente no Brasil e seus impactos na distribuição de renda como meio de mitigar a desigualdade. Os dados analisados revelaram que a estrutura tributária no Brasil tem um impacto profundo na distribuição de renda, com a tributação sobre o consumo sendo a principal fonte de arrecadação do governo. Esse modelo afeta principalmente a cadeia produtiva, com os custos sendo repassados ao consumidor final, sobrecarregando especialmente as pessoas de baixa renda.

Apresenta-se a seguir, a pesquisa de Almeida, Pinto, Silva, Lino, Gomes e Lima (2018), que aborda o impacto da carga tributária para família brasileira. O objetivo do estudo foi esclarecer os conflitos gerados pela carga tributária no orçamento familiar e oferecer uma análise mais detalhada dos efeitos dessa tributação, incorporada aos preços dos produtos essenciais, na renda das famílias brasileiras. A pesquisa foi de natureza bibliográfica e documental, com abordagem exploratório-descritiva. Os resultados indicam que é inviável uma família sobreviver apenas com a cesta básica determinada pelo DIEESE, dado que, com uma renda familiar mensal média de R\$ 2.349,00, 13% desse valor é destinado aos itens considerados essenciais. Desses 13%, 17% são consumidos exclusivamente por tributos. Portanto, os outros 87% da renda familiar são direcionados para despesas com itens não essenciais, evidenciando a pressão que a carga tributária exerce sobre o orçamento doméstico.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS

Segue nesta seção a análise qualitativa com base nas pesquisas científicas citadas anteriormente, destaca-se que os estudos demonstram o impacto negativo da carga tributária brasileira na administração dos recursos dos trabalhadores brasileiros. Evidencia-se que tais tributos corroem o poder de investimento de poupança dos trabalhadores, gerando crises econômicas e desgastes financeiros dentro dos lares.

Ressalta-se que as pesquisas analisadas como base de estudo, referem-se como bibliográfica e documental, pois retratam estudos realizados anteriormente enfatizando a importância de uma adequada gestão na cadeia tributária, tal iniciativa elevaria a

possibilidade do investimento e até mesmo a capacidade das famílias em pouparem os seus recursos de modo a garantir uma reserva financeira para gerenciais possíveis contingências, que eventualmente podem vir a ocorrer.

Ademais, destaca-se a análise e discussão de dados, baseia-se em artigos já publicados, reforçando a relevância do tema e que ainda cabe a possibilidade de novas pesquisas de modo a promover um amplo conhecimento sobre o impacto da carga tributária no dia-a-dia dos colaboradores brasileiros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Brasil não apenas possui uma das maiores cargas tributárias do mundo, mas também uma das mais desiguais, e é essa desigualdade que configura o principal problema. A complexidade do sistema tributário brasileiro leva muitos a desconhecem ou subestimarem a composição dessas alíquotas, dificultando a identificação do verdadeiro desafio: a própria estrutura tributária.

A predominância dos impostos indiretos, incorporados aos preços de bens e serviços, resulta em uma carga tributária proporcionalmente mais onerosa para as famílias de baixa renda. Esse desequilíbrio agrava as desigualdades sociais e econômicas no país, uma vez que as camadas mais vulneráveis economicamente têm uma capacidade limitada para suportar os efeitos de uma carga tributária elevada, o que impacta diretamente seu poder de compra, prejudicando uma adequada administração dos seus recursos financeiros.

A comparação entre o custo da cesta básica e o salário mínimo atesta essa realidade, evidenciando que o trabalhador compromete uma parte significativa de sua renda com impostos, reduzindo o seu poder de investimento e a capacidade de poupança, contribuindo para crises econômicas e dificuldades financeiras.

Portanto, uma das sugestões identificadas por meio dessa pesquisa científica reside em readequar e/ou reformular a distribuição dos tributos, seja por meio da unificação, eliminação de impostos ou adoção de um sistema de tributação progressiva. O objetivo é evitar que a carga tributária incida diretamente sobre a cadeia de consumo, promovendo dignidade e justiça social. Essa reestruturação poderia ampliar as possibilidades de investimento e melhorar a capacidade das famílias de poupar seus recursos, assegurando uma reserva financeira.

Destacam-se também os fatores limitantes na formulação desse estudo, tais como: a abordagem dos tributos por ente federado, conforme a sua esfera de atuação, sejam elas: Federal, Estadual e Municipal. Ademais, em futuras pesquisas a carga tributária total per capita poderia ser abordada garantindo maior profundidade na análise da carga tributária do nosso país.

Diante da complexidade do tema abordado, sugere-se novos estudos sobre as lacunas identificadas nessa pesquisa, de modo a ampliar a discussão e o debate sobre essa temática que faz tão urgente nos nossos dias.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M; FREITAS, L; OLIVEIRA, C; MENEZES, J. **Estudo sobre a evolução da carga tributária no Brasil sob a perspectiva da curva de Laffer de 2010 a 2023**. Rio de Janeiro, RJ, 23 set. 2024. Disponível em: <<https://revistaft.com.br/estudo-sobre-a-evolucao-da-carga-tributaria-no-brasil-sob-a-perspectiva-da-curva-de-laffer-de-2010-a-2023/>> Acesso em: 19 nov. 2024.

ALMEIDA, Arthur; PINTO, Diego; SILVA, Flavio; LINO, Murilo; GOMES, Anderson; LIMA, Igor. **O impacto da carga tributária para família brasileira**. UNISEPE/FVR – 2018.

ALMEIDA, Vinicius. IBGEM - Instituto Brasileiro de Gestão Empresarial. **Carga Tributária: o que é e como funciona?**. São Paulo, SP, 03 mai. 2022 Disponível em: <<https://ibgem.com.br/2022/05/03/carga-tributaria-o-que-e-e-como-funciona/>>. Acesso em: 19 nov. 2024.

ALVES, Ana Paula. **Como a Carga Tributária Afeta o Poder de Compra dos Brasileiros?** 11 nov. 2024 Disponível em: <<https://forbes.com.br/forbes-money/2024/11/como-a-carga-tributaria-afeta-o-poder-de-compra-dos-brasileiros/>> Acesso em: 21 nov. 2024.

BARROS, Fernanda. **A Evolução das Obrigações Tributárias nas constituições brasileiras e os reflexos no atual regime tributário de energia elétrica**. Brasília, DF, 2012.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 18, de 1º de dezembro de 1965. **Livro Primeiro Sistema Tributário Nacional**, Brasília, DF, out 1966.

BETHA Sistemas. **A origem dos impostos até a escrituração fiscal na era digital**. 02 ago. 2021 Disponível em: <<https://www.betha.com.br/blog/origem-dos-impostos>> Acesso em: 21 nov. 2024.

CONTABILIZA RIO. **Impostos diretos e indiretos: o que são e quais são eles?** Rio de Janeiro, RJ, 2024 Disponível em: <<https://www.contabilizario.com.br/impostos-diretos-e-indiretos-o-que-sao-e-quais-sao-eles/>> Acesso em: 22 nov. 2024

DANTAS, Alissia. **Origem da tributação: conheça a história do tributo**. Curitiba, PR, 23 set. 2022 Disponível em: <<https://tributojusto.com.br/origem-da-tributacao-historia-tributacao/>> Acesso em: 23 nov. 2024.

FEBRABAN. Federação Brasileira de Bancos. Meu Bolso em Dia **Você sabe quanto paga de impostos e para onde vai o dinheiro?** São Paulo, SP, 30 maio. 2020 Disponível em: <<https://meubolsoemdia.com.br/Materias/voce-sabe-quanto-paga-de-impostos>> Acesso em: 14 nov. 2024.

FRAGA, Fernando. Cesta básica cai em 17 capitais, aponta Dieese. São Paulo, SP, 06 ago. 2024 Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-08/cesta-basica-cai-em-17-capitais-aponta-dieese>> Acesso em: 25 nov. 2024.

FERREIRA, Rodrigo. **Tributos: origem e evolução**. 01 mai. 2015 Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/artigos/tributos-origem-e-evolucao/222353175>> Acesso em: 21 nov. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**, 7ª edição. São Paulo: Atlas, 2019.

GIMENEZ, Luciana. Magno. Valor da cesta básica aumentou em 2024: veja qual capital tem a mais cara. São Paulo, SP, 23 mar. 2024 Disponível em: <<https://globo rural.globo.com/economia/noticia/2024/03/valor-da-cesta-basica-2024-quais-capitais-mais-caras.gh tm>> Acesso em: 25 nov. 2024.

GOUVÊA, José. **Entenda como funciona o sistema tributário nacional.** 07 nov. 2014 Disponível em: <<https://www.aurum.com.br/blog/sistema-tributario-nacional/>> Acesso em: 23 nov. 2024.

IBPT LA - Business. Tax e Education. **Você sabe como se deu a origem da tributação no Brasil?** São Paulo, SP, 05 out. 2018. Disponível em: <<https://educacao.ibpt.com.br/tributacao-no-brasil/>>. Acesso em: 21 nov. 2024

JANGUIÊ, Diniz. Brasil e as suas altas taxas tributárias. 12 jun. 2017 Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/a-historia-do-brasil-pelos-tributos/>> Acesso em: 21 nov. 2024.

MARQUES, Mano. Carga tributária: entenda como é calculada. 04 abr. 2023 Disponível em:<<https://www.portaltributario.com.br/artigos/nospagamosaconta.htm>> Acesso em: 23 nov. 2024.

MARIANTE, A; LIUZZI, M. Texto para discussão. **A carga tributária no Brasil.** Núcleo Economia Política. CEBRI - Centro Brasileiro de Relações Internacionais Rio de Janeiro, RJ, 2022.

MELLO, Anderson. **O que é carga tributária e como reduzir o seu impacto nas empresas?** São Paulo, SP, 23 jul. 2024 Disponível em: <

NASCIMENTO, Houldine. **Tributos sobre o consumo dominam arrecadação no Brasil.** 06 mar. 2024. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/economia/tributos-sobre-o-consumo-dominam-arrecadacao-no-brasil/>> Acesso em: 23 nov. 2024.

NADER, Danielle. Carga Tributária. **Brasileiro precisa trabalhar 150 dias por ano para pagar impostos, revela estudo do IBPT.** 10 jun. 2024 Disponível em: <<https://www.contabeis.com.br/noticias/65531/brasileiro-trabalha-em-media-150-dias-por-ano-para-pagar-impostos/>> Acesso em: 13 nov. 2024.

NAOME Letícia. **Brasileiros trabalham até 27 de maio para pagarem impostos em 2023, mostra levantamento.** São Paulo, SP, 01 jun. 2023 Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/brasileiros-trabalharam-ate-27-de-maio-para-pagar-impostos-em-2023-diz-levantamento/>>. Acesso em: 13 nov. 2024

OLIVEIRA, Bianca; CASTRO, Lanna; BRUM, Laryssa; SQUILLACE, Leonardo; GUANABARA, Luiza; MATIVI, Mariana; GOTTARDINI, Pâmela; SOUZA, Pamela; FLAVIO, Paola; SILVEIRA, Rafaela. **O tributo ao logo da história no Brasil.** 04 abr. 2023 Disponível em:< <https://www.politize.com.br/tributos-e-desigualdade/o-tributo-ao-longo-da-historia-no-brasil/>> Acesso em: 23 nov. 2024.

PODER 360. Poder Economia. **Brasil chega a R\$ 2 trilhões de impostos pagos em 2024.** 22 Jul. 2015 Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/poder-economia/brasil-chega-a-r-2-trilhoes-de-impostos-pagos-em-2024/>> Acesso em: 19 nov. 2024.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. **O que é carga tributária?** Disponível em: <https://www.gov.br/receitafederal/pt-br/assuntos/educacao-fiscal/educacao_fiscal/folhetos-orientativos/carga-tributaria-dig.pdf> Acesso em: 19 nov. 2024.

RIBEIRO, Jaqueline. **O sistema tributário. A desigualdade de renda e os mais ricos no Brasil.** Campina, SP, 2021.

RODRIGUES. Jeferson José. Texto para Discussão 01 **Carga Tributária Sobre os Salários.** Brasília, DF, Outubro. 1998.

ROCHA, Madson. **Reflexo da carga tributária na distribuição de renda.** Revista Focol v.17 n.9le6068l p.01-15l2024

SANTOS, Valéria. **A história do Brasil pelos tributos.** São Paulo, SP, 01 mai. 2015 Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/a-historia-do-brasil-pelos-tributos/>> Acesso em: 21 nov. 2024.

SANTOS, André; SANTANA, Magno. **A elevada carga tributária brasileira, complexidade, efeitos e propostas.** Rio de Janeiro, RJ, 12 abr. 2013 Disponível em:<<https://revistaft.com.br/a-elevada-carga-tributaria-brasileira-complexidade-efeitos-e-propostas/>> Acesso em: 23 nov. 2024.

SILVA, Mauricio. **Tributos: nós trabalhadores e consumidores é que pagamos a conta!** 19 jul. 2021. Disponível em: < <https://www.portaltributario.com.br/artigos/nospagamosaconta.htm>> Acesso em: 25 nov. 2024.

SILVA, Moisés. **O sistema tributário nacional: Uma análise dos seus impactos na competitividade da economia sob a ótica da Nova Economia Institucional** Belo Horizonte, MG. 2021.